

**A ALGORITMIZAÇÃO DA VIDA INTENSIFICADA PELA PANDEMIA DA COVID-19:
o controle de subjetividades**

**ALGORITHMIZATION OF LIFE INTENSIFIED BY THE COVID-19 PANDEMICS:
the control of subjectivities**


 Simã Catarina de Lima Pinto¹

¹ Doutoranda e Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestranda em Filosofia pela Universidade Federal Fluminense. Pós-graduada em Filosofia Contemporânea e em Direito Público.

E-mail: simacatarina@id.uff.br



ACESSO ABERTO

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. 

Conflito de interesses: A autora declara que não há conflito de interesses.

Financiamento: Não há.

Declaração de Disponibilidade dos dados: Todos os dados relevantes estão disponíveis neste artigo.

Recebido em: 31 jun. 2021.

Aceito em: 28 jul. 2022.

Publicado em: 22 ago. 2022.

Como citar este artigo:

PINTO, Simã Catarina de Lima. A algoritmização da vida intensificada pela pandemia da Covid-19: o controle de subjetividades. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 7, p. 1-16, 2022. DOI: 10.36517/2525-3468.ip.v7i00.2022.71228.1-16.

RESUMO

Este ensaio estabelece uma relação entre as características do espaço virtual, enquanto uma zona cinzenta na qual os limites entre o público e o privado desaparecem, e os atuais mecanismos de controle dos indivíduos, presentes nos dispositivos e plataformas digitais. Com a intensificação do uso de dispositivos digitais, o espaço virtual é marcado pelo embaçamento da fronteira entre público e o privado, o que faz com que as subjetividades sejam atravessadas por essa nova configuração que, hodiernamente, passa a ser intrínseca à vida e intensificada pela pandemia da Covid-19. Com isso, o elevado nível de vigilância algorítmica pode alterar substancialmente a vida e as subjetividades.

Palavras-chave: espaço virtual; público e privado; algoritmização da vida; controle; subjetividades.

ABSTRACT

This essay establishes a relation between the characteristics of the virtual space, as a gray area in which the boundaries between public and private disappear, and the current mechanisms of control of individuals, present in digital devices and platforms. The virtual space, marked by the blurring of the border between public and private, causes subjectivities to be crossed by this new configuration that, nowadays, becomes intrinsic to life and intensified by the Covid-19 pandemic. With this, virtual space enables a level of algorithmic surveillance that can substantially alter life and subjectivities.

Keywords: virtual space; public and private; algorithmization of life; control; subjectivities.

1 INTRODUÇÃO

O espaço virtual contemporâneo é marcado por formas de interação e participação que são constantemente maximizadas, o que aumenta o fluxo de compartilhamento e circulação de vários tipos de informação em períodos de tempo cada vez menores e permite um massivo controle das subjetividades. A velocidade com que ocorrem os compartilhamentos e publicações diversas faz com que o tempo disponível para consumi-los ou assimilá-los seja suprimido, na medida em que cada tempo que resta é preenchido por mais informação e conteúdo a ser consumido. Tendo isso em vista, utilizou-se neste ensaio uma revisão de literatura narrativa a partir da qual foi possível uma associação livre das questões relativas à supressão das fronteiras entre o público e o privado e a intensa algoritmização da vida, de modo a relacioná-las no intuito de compor a presente proposta ensaística. A utilização dos autores escolhidos, provenientes de diferentes áreas, mas cujos objetos de pesquisa se comunicam, permitiu elaborar um texto interdisciplinar e atento ao contexto presente no qual os indivíduos vivem em meio à maior pandemia do último século. A intenção é estender o olhar para questões que já existiam, mas que no presente contexto se impõem de uma maneira abrupta, incessante e numa época dentro da qual não é permitido compreender nem assimilar o que acontece, o que se faz e menos ainda no que se torna enquanto sujeito.

Assim sendo, num primeiro momento, apresenta-se o espaço virtual como aquele em que há décadas reflete o embaçamento das fronteiras que separavam e delimitavam o ambiente público do privado, situação essa que foi evidenciada pela pandemia da Covid-19 a partir da qual, no espaço físico privado das residências, passaram a estar exaustivamente presentes uma multiplicidade de atividades, locais e experiências próprias do espaço público.

Na segunda parte do ensaio, a proposta é trabalhada com base na digitalização acentuada e excessiva da vida, que é resultado do aumento do fluxo de interação e participação, bem como do desaparecimento das fronteiras entre o público e o privado no espaço virtual. Essa digitalização da vida permite, ao mesmo tempo, tanto a execução de inúmeras atividades e obrigações cotidianas quanto a abertura para a incorporação de sofisticados mecanismos de vigilância sobre a vida dos indivíduos. O controle por meio de plataformas e aplicativos digitais é feito de forma sutil e constante, o que

permite que o consentimento de seu uso seja instantâneo e sem uma efetiva possibilidade de resistência.

Além disso, a supressão do tempo decorrente de um crescente volume de conteúdo disponível e em circulação faz com que sua assimilação ou seu consumo, a depender do caso, seja prejudicada. Fluxo, rapidez, conteúdo e intensidade de circulação modificam a maneira de compreensão e as experiências em um ambiente cuja temporalidade afeta os indivíduos. Com isso, o tempo, somado a um alto volume de informação e conteúdo, num ambiente societal e institucionalizado constituem um ambiente propício à prevalência de formas hegemônicas de sociabilidade e facilitam a interação e o consentimento dos indivíduos a variados mecanismos de controle digital. Por conseguinte, a vida é atravessada por algoritmos que não apenas vão prever preferências e condutas, mas, sobretudo, modular e interferir nos comportamentos em tempo real, no momento em que acontecem.

2 O DESAPARECIMENTO DAS FRONTEIRAS ENTRE PÚBLICO E PRIVADO NO ESPAÇO VIRTUAL

O espaço midiaticizado se constitui, de acordo com Sodré (2009), como uma ordem de mediações socialmente realizadas no âmbito da comunicação como processo informacional. Essas mediações são submetidas a organizações empresariais, que produzem um tipo particular de interação, uma “tecnointeração”, “caracterizada por uma espécie de prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível, denominada *medium*” (SODRÉ, 2009, p. 21). O *medium* simularia um espelho, mas, além de refletir o mundo sensível, seria um condicionador ativo daquilo que diz refletir. Ele se funda por tecnicismos que visam deixar visível apenas o aspecto técnico do dispositivo midiático, que seria a prótese, do grego *prosthénos*, extensão, o que ocultaria sua dimensão societal que é vinculada a uma forma específica de hegemonia. Sua *forma* tecnointeracional seria o resultado de uma extensão espectral, formada por uma nova ambiência, um código próprio e sugestões de condutas (SODRÉ, 2009). Para o autor, esse espelho midiático diz respeito a uma nova forma de vida e não uma simples cópia, com um espaço de “interpelação coletiva dos indivíduos” e possibilita um “potencial de transformação da realidade vivida” (SODRÉ, 2009, p. 22-23).

No entanto, embora o espaço midiaticado possibilite potenciais transformadores, sua dimensão societal lhe é intrínseca e, por essa razão, deve ser observada, já que a conectividade atravessa a vida em sua integralidade, de modo que, ao mesmo tempo em que possui potencial transformador é também capaz de produzir e alterar determinadas formas de subjetividade por meio de controle e vigilância constantes.

Conforme coloca Sodré (2009, p. 21), há um *bios* midiático, que diz respeito a um *quarto âmbito* existencial cuja forma de media o   muito específica em rela o às outras media es, pois “para inscrever-se na ordem social, a media o precisa de bases materiais, que se consubstanciam em institui es ou formas reguladoras do relacionamento em sociedade”. O contexto no qual esse *bios* midiático funciona   muito específico, pois se trata de um *quarto âmbito* existencial (SODRÉ, 2009) que   aut nomo em rela o às demais formas de intera o social previamente existentes.

A composi o do *bios* midiático, que constitui o *quarto âmbito* existencial,   aqui caracterizada pela sobreposi o do público no privado e vice-versa porque se considera que “todas as informa es são entregues no espaço privado, seja por enfeixamento ou por conectividade em rede” (FLUSSER, 2014, p. 90). A respeito da rela o entre esses dois espaços, como observa Bauman (2011, p. 25) “as defini es de ‘privacidade’ e ‘publicidade’ se *opõem*”, de modo que

“Privado” e “público” são conceitos antag nicos. Em geral, seus campos semânticos não estão separados por limites que permitam tráfego de mão dupla, mas por fronteiras demarcadas: linhas intransponíveis, de preferência fechadas com rigidez e pesadamente fortificadas de ambos os lados para impedir transgressões (invasores ou tr nsfugas, sobretudo desertores). (BAUMAN, 2011, p. 25).

O espaço digital, o *bios* midiático, no entanto,   marcado pelo embaçamento dos limites entre os ambientes público e privado, de modo que o espaço privado seja não somente o espaço onde chega a informa o, mas, ainda, o espaço no qual todos os demais lugares estão presentes. Essa multiplicidade de ambientes num mesmo espaço foi intensificada pelo confinamento social imposto pela pandemia da Covid-19 desde 2020, que trouxe para a experiência cotidiana do espaço privado atividades normalmente realizadas em diversos espaços físicos. Com isso, a simultaneidade do ambiente de trabalho e de estudos no ambiente privado, com a demanda de reuniões de caráter público e institucional e, conseqüentemente, a imposi o de experiências que combinam preocupa es da vida doméstica com preocupa es da vida pública e laboral

passaram a ser rotina na vida de muitas pessoas. Um emaranhado de tarefas que se conjugam no mesmo ambiente, em espaços até então incompatíveis, na maioria das vezes, tornaram-se comuns para uma parcela da população brasileira¹. Nesse sentido, o espaço privado se torna, por meio dos dispositivos digitais, o local onde espaços públicos diversos se inserem, o que forma uma rede em que atividades da vida privada e da vida pública se cruzam e se atravessam:

não existe mais o espaço privado. [...] Minha casa não tem mais muros nem telhado. As paredes estão perfuradas por cabeamento visível e invisível, como um queijo suíço. O telhado está perfurado por antenas. O vento da comunicação passa zunindo pela minha casa [...]. (FLUSSER, 2014, p. 91).

Dessa forma, “não existe mais espaço privado, no sentido estritamente hegeliano da palavra, como o lugar onde, ao me situar, perco o mundo. Mas também não existe mais a república, pois o espaço público está totalmente tomado por cabeamentos” (FLUSSER, 2014, p. 92). Para Flusser, “no espaço virtual, não se pode mais falar em fora e dentro”, já que “a ideia de privado e público nesses espaços não tem mais sentido algum” (FLUSSER, 2014, p. 99), o que ilustra “a crescente fluidez em termos de onde (ou quando) momentos de publicidade e privacidade ocorrem” (SHELLER; URRY, 2003, p. 4).

A configuração do espaço virtual contemporâneo coloca em questão “as maneiras pelas quais a distinção público/privado foi traçada” e reflete “a grande preocupação com o problema da ‘erosão’ da esfera pública ou ‘obscurecimento dos limites’ entre o público e o privado” (SHELLER; URRY, 2003, p. 4). Há, com isso, a “hibridização complexa e fluida da vida pública e privada” (SHELLER; URRY, 2003, p. 4), o que torna embaçada a configuração da divisão público/privado que até então era compreendida como se fosse estática, já que a hibridização do público e do privado está ocorrendo de maneiras complexas e fluidas, longe do alcance da captura de modelos que pressupõem a delimitação dessas esferas, de modo que pensar sobre cidadania pública e democracia dependerá da capacidade de introjeção desses “mundos móveis que não são nem públicos nem privados” (SHELLER; URRY, 2003, p. 9).

¹ A respeito do percentual de trabalhadoras e trabalhadores em trabalho remoto no primeiro ano da pandemia no Brasil, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), “neste período, na média, a população ocupada e não afastada no país foi de 74 milhões de pessoas, sendo que 8,2 milhões, ou seja, 11% exerceram suas atividades laborais de forma remota.”

Para Sheller e Urry (2003, p. 13) “mesmo o ‘privado’ mais íntimo não é mais totalmente ‘pessoal’ ou ‘interior ao mundo’”, o que, no entanto, pode representar uma ameaça à privacidade, já que ela “diz respeito à capacidade de manter certas coisas íntimas para si mesmo – seus pensamentos, suas experiências, suas conversas, seus planos” (VÉLIZ, 2021, p. 23). A capilarização dos meios digitais na vida e, como parte inevitável da vida contemporânea, faz com que não haja “clareza onde as redes neurais do cérebro param e as redes eletrônicas de informação começam. Partes de quem se é podem ser armazenadas em discos rígidos ou circuitos digitais, e não em antigos dispositivos físicos” (SHELLER; URRY, 2003, p. 13). Com isso, a mitigação do espaço privado e do espaço público que se dá dentro e em torno do espaço virtual permeia o cotidiano e faz com que a subjetividades sejam atravessadas pelo amalgamento do público e do privado:

muito do que antes era "privado" já existe fora do corpo físico; o corpo pode, em alguns casos, funcionar como um *hiperlink* para obter acesso a seus fragmentos ou fazer conexões com vários nós nas redes pessoais que não ocorrem mais apenas em espaços privados. A revolução da informação implantou zonas de publicidade nos espaços interiores outrora privados do eu e do lar (SHELLER; URRY, 2003, p. 13).

Esse espaço onde a fronteira entre o público e o privado é ofuscada é o local onde o poder circula com maior mobilidade, já que tanto a abstração do espaço virtual quanto sua efetividade permitem uma constante renovação do poder que circula para além de determinados centros políticos. Essa mobilidade maior do poder no espaço virtual permite que ele se exerça em sua plenitude, já que esse poder é aqui compreendido como não estático e não centralizado e fixo, mas um poder que “não é possuído, porque é algo que está em ação, que se arrisca” (FOUCAULT, 2015, p. 207).

A mobilidade informacional e comunicacional, somada à intensificação digital da vida demarca, juntamente com a pandemia da Covid-19, como apontam Schwarcz e Starling (2020), a inauguração de fato do século XXI. Com isso, paradoxalmente aos avanços tecnológicos, este século teria se iniciado então com vinte anos de atraso. Nesse aspecto, Manuel Castells observou, já durante a pandemia, a entrada definitiva em uma sociedade digital que já existia, mas que ainda não havia sido assumida nos moldes atuais, uma vez que “nosso mundo é e será necessariamente híbrido, feito de realidade carnal e realidade virtual. É uma cultura da virtualidade real, porque essa virtualidade é uma dimensão fundamental da nossa realidade” (CASTELLS, 2020, n. p.).

A intensificação desses aspectos que já estavam presentes antes da pandemia fez com que algumas questões passassem a ser centrais na vida pandêmica hiper conectada. Um exemplo disso é a conexão com o trabalho em tempo quase integral da parcela da população que se manteve trabalhando remotamente. Isso porque se antes da pandemia a sensação de insegurança já submetia “o trabalhador a uma conexão permanente com o seu trabalho ou com o medo do desemprego” (SILVA; MACIEL, 2018, p. 27), de 2020 em diante, essa insegurança se refletiu na conexão por tempo integral com o trabalho, o que foi maximizado pela crise sanitária e pela insegurança ainda maior que ela gerou dentro de um modelo de vida insustentável. Como aponta Ribeiro (2022, p. 25), “a insegurança é o novo normal”, considerando “o atual rumo econômico, desprovido de qualquer cuidado com a maior parte das pessoas, focado na acumulação predatória de riquezas” (RIBEIRO, 2022, p. 25). Uma pesquisa publicada em 2018 já fornecia a situação que atualmente é amplificada:

Aplicativos surgem a cada momento estabelecendo conexões constantes e intermináveis. Os mesmos instrumentos de comunicação que são utilizados pelo trabalhador, nos seus momentos de lazer, na sua vida privada, são compartilhados pelos seus contratantes. A cada chegada da mensagem no *smartphone* um sobressalto. O trabalhador não possui mais direito à desconexão, de dizer que não viu a mensagem, de adiar o atendimento. Tudo tem pressa, vive-se o *just in time*. Aquele que não se submete pode ser considerado defeituoso e pronto para troca. (SILVA; MACIEL, 2018, p. 45).

Além do trabalho remoto, que representou, durante a pandemia, 8,2 milhões de pessoas no Brasil, como já mencionado, para Antunes (2020), o trabalho *uberizado*, sinônimo de trabalho informal e precarizado, dependente dos meios digitais, também foi intensificado, na medida em que “a tendência, visível bem antes da explosão da pandemia, era clara: redução do trabalho vivo pela substituição das atividades tradicionais por ferramentas automatizadas e robotizadas, sob o comando informacional-digital” (ANTUNES, 2020, p. 16). Apesar das discussões sobre a sucessiva retirada de direitos sociais nessas formas plataformizadas de trabalho, a questão aqui em foco é o aumento dos serviços, atividades, estudos, relações sociais, que passaram a ser todas intermediadas e vivenciadas por dispositivos digitais, aumentando o tempo de conexão dos indivíduos e tornando esse tempo, ante a variedade de atividades nele realizadas, um elemento central para as reflexões aqui apresentadas.

Os resultados do Painel TIC COVID-19 demonstram a intensificação do uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) durante a pandemia e denunciam

também “a persistência de desigualdades no acesso e na apropriação dessas tecnologias, com maiores barreiras e menores oportunidades para o enfrentamento da crise sanitária entre as parcelas mais vulneráveis da população” (NIC.br, 2021, p. 21). Ainda assim, houve um aumento expressivo na realização de serviços públicos e financeiros pela Internet; realização de atividades culturais; comércio eletrônico, com alteração de hábitos de consumo e aumento de compras *on line* de comida ou produtos alimentícios, cosméticos e medicamentos; acesso a informações ou serviços públicos sobre direitos dos trabalhadores, previdência social, como INSS, FGTS, seguro-desemprego, auxílio emergencial ou aposentadoria, além do ensino remoto (NIC.br, 2021, p. 21-22).

3 A VIDA EM ALGORITMOS

Ao mesmo tempo em que o espaço virtual se insere como parte intrínseca da vida e transpõe a tradicional dicotomia entre espaço público e espaço privado, outros aspectos se apresentam e vão surgindo muitas vezes de forma mais acelerada a depender do contexto em que ocorrem. Nesse sentido, novas realidades e marcos históricos que se impõem e promovem alterações na rota social, como no contexto colocado pela pandemia da Covid-19, intensificam o processo de mudanças e reforçam aspectos que ainda eram vivenciados com receio ou certa insegurança. Conforme observou Santos (2020), a irrupção de uma pandemia impõe mudanças drásticas, pois não se compagina com a morosidade das mudanças paulatinas no curso na história e com as alterações gradativas no modo de viver.

As novas configurações podem ser impostas pelos contextos, mas, a despeito de incertezas e questionamentos, são largamente consentidas pelos indivíduos, em razão de uma nova realidade cujo acesso às TICs é pressuposto para o exercício da cidadania, como se pôde verificar ao longo da pandemia com o aumento do uso de aplicativos para acesso a serviços públicos e privados. Além disso, como já colocado, inúmeras atividades profissionais, educacionais e cotidianas passaram a ser feitas no espaço físico privado, potencializadas pela pandemia. Isso porque a intensificação do uso de aplicativos e plataformas digitais direcionadas ao labor, aos estudos e demais atividades sociais no intuito de minimizar os riscos de contágio oferece e prescreve um modo de existir ainda mais conectado do que em período anterior. Os novos hábitos impostos pela pandemia reconfiguraram o trabalho, o acesso a serviços, o entretenimento e as relações sociais.

Dito isso, embora as mudanças, uma vez ocorridas e capilarizadas no corpo social, possam alterar profunda e permanentemente práticas sociais e compreensões sobre determinados conceitos, bem como apresentem aspectos positivos por permitirem e facilitarem o acesso a tecnologias de trabalho remoto e realização de tarefas de um modo mais rápido e com menos dispêndio de tempo, elas contêm também elementos que evidenciam uma racionalidade neoliberal invasiva. De acordo com Bruno, Bentes e Faltay (2019, p. 6), as plataformas e aplicativos digitais permitem que se extraia valor de “dados provenientes de mecanismos automatizados de coleta e análise de nossas ações e comportamentos online”, o que torna possível coletar e relacionar uma quantidade de dados sobre os indivíduos. Isso permite que organizações, empresas e governos conheçam aspectos pessoais e estritamente íntimos dos indivíduos no nível da massa. Essa quantidade de dados individuais coletados em massa é proveniente do “enxame digital” que é, conforme coloca Han (2018a, p. 26), uma “nova massa”, ou seja, “indivíduos singularizados” que compõem o enxame digital. Pode-se dizer que a massa da era digital é ilustrada pelo *homo digitalis* que “é tudo, menos um ninguém” (HAN, 2018a, p. 28), já que ele

preserva sua identidade privada, mesmo quando ele se comporta como parte do enxame. Ele se externa, de fato, de maneira anônima, mas via de regra ele tem um *perfil* e trabalha ininterruptamente em sua otimização. Em vez de ser “ninguém”, ele é um *alguém* penetrante, que se expõe e que compete por atenção (HAN, 2018a, p. 28, grifo do autor).

Essa caracterização de Han (2018a) do sujeito digital, ou do *homo digitalis*, pressupõe que o sujeito se encontra de tal modo atravessado pelos dispositivos digitais que suas escolhas, opções, preferências e paixões estão integralmente capturadas pelas plataformas e aplicativos que permitem o monitoramento e a coleta de todas essas informações e dados, de forma que “sob a ordem de grandeza do *big data* e a velocidade da gestão algorítmica, os difusos processos de monitoramento digital estão cada vez mais atrelados a estratégias econômicas que visam prever e modificar o comportamento humano” (BRUNO; BENTES; FALTAY, 2019, p. 6). O *big data* permite um “protocolamento total e sem lacunas da vida” (HAN, 2018a, p. 123) e se consoma na sociedade da transparência de Han (2017).

É pela mobilidade invisível e penetrante que os dispositivos e plataformas digitais possuem e pelos quais se capilarizam no corpo social que permite ao indivíduo,

ou ao *homo digitalis* (HAN 2018a), dispor de sua subjetividade à captura de empresas e organizações a ponto de estas deterem inventários de arquivos digitais que se formam ao longo de toda uma vida. Nesse sentido, para Bruno, Bentes e Faltay (2019),

mais importante do que o modelo de publicidade presente nestas plataformas é a promessa e capacidade de agir sobre os comportamentos enquanto eles acontecem. Por isso, queremos enfatizar a centralidade dos agenciamentos algorítmicos nas engrenagens de aplicativos e plataformas digitais. Seus processos de aprendizagem de máquina são responsáveis tanto pela produção de conhecimento a partir do imenso volume de dados gerados pelos usuários, quanto pela oferta personalizada de um mundo visível de ações e interações possíveis (BRUNO; BENTES; FALTAY, 2019, p. 7).

O *homo digitalis* (HAN 2018a) se coloca à disposição de camadas da economia psíquica dos algoritmos, de modo que dois modelos nos quais operam a economia psíquica são disputados: o modelo preditivo e o modelo da captura ou engajamento. No que se refere ao modelo preditivo, ele “reúne num só golpe promessas de precisão científica, aplicação comercial e intervenção sobre o comportamento daqueles que são simultaneamente objetos de estudo, usuários e clientes potenciais” cuja centralidade “começa a ser perturbada ou disputada por outro modelo: o da captura ou do engajamento” (BRUNO; BENTES; FALTAY, 2019, p. 11).

Para Bruno, Bentes e Faltay (2019), ao invés do dispêndio de tempo e inteligência computacional a fim de prever comportamentos, as intervenções em tempo real que interferem na conduta humana por meio de plataformas e aplicativos levam a um “aumento da capacidade e velocidade de monitoramento e processamento em tempo real das ações dos usuários online” (BRUNO; BENTES; FALTAY, 2019, p. 12). O advento do modelo da captura e do engajamento dispensa em grande medida a previsão e a capacidade de moldar o comportamento futuro do modelo preditivo. A interferência passa a ser feita no presente, enquanto elas acontecem, o que torna não somente uma questão de prever preferências e interesses futuros, mas antes de tudo a captura e engajamento da atenção dos usuários (BRUNO; BENTES; FALTAY, 2019).

O estudo desses autores revela a existência de uma concreta capacidade de modificação e controle de subjetividades, o que pode ser aqui interpretado como um mecanismo de controle real, presentificado, na medida em que, ao invés de tentar prever e moldar comportamentos futuros – fora do tempo presente e, portanto, do tempo em que e enquanto eles acontecem –, a captura e engajamento da atenção faz com que o controle de subjetividades não seja uma prospecção, isto é, faz com que não esteja

projetado no futuro, como algo que ainda não existe, mas diferente disso, faz com que o controle seja absolutamente atual e concreto, porque ocorre no presente.

A captura e engajamento da atenção faz com que o tempo seja consumido pelas plataformas digitais por meio de mídias diversas e torna as subjetividades reféns de um excesso de ofertas de entretenimento digitalmente consumível e compreendido como imperdível, como se todos os conteúdos, informações e acessos fossem simultaneamente urgentes. Um exemplo de sintoma decorrente dessas modificações acerca da velocidade e a instantaneidade de conteúdos é o que tem sido chamado de síndrome de FOMO ou *fear of missing out* que pode decorrer, conforme descrito na reportagem de Inácio (2021, n. p.), diante de um “fluxo frenético que as pessoas se veem impelidas a consumir em pouco tempo a maior quantidade de conteúdo possível”, levando-as, por exemplo, a acelerar a velocidade de filmes e séries, como que numa ânsia por consumir mais e maior conteúdo num menor tempo possível.

Nesse sentido, pode-se observar, a partir de Han (2021), que o presente é encolhido, mas não em razão da aceleração do tempo, mas como uma avalanche, ao lançar-se adiante, porque o tempo não tem mais uma *parada*: “aqueles pontos do presente entre os quais não existiria nenhuma força gravitacional e nenhuma tensão, pois são meramente aditivos, desencadeiam a ruptura do tempo, o que conduz ao aceleração sem direção e sem sentido.” (HAN, 2021, p. 28).

Como coloca Kehl (2009, p. 119), “a temporalidade contemporânea, frequentemente vivida como pura pressa, atropela a duração necessária que caracteriza o momento de compreender, a qual não se define pela marcação abstrata dos relógios”. Para ela, “nem toda experiência temporal tem a qualidade do tempo lógico”, o que pressupõe a duração como condição necessária “para a produção do instante fulgurante do acontecimento, sem a qual o sujeito conclui sem compreender e reduz sua escolha a uma precipitação inconsequente” (KEHL, 2009, p. 115). Nesse aspecto, Kehl (2009, p. 116) observa que a ausência de uma experiência prévia de duração torna a temporalidade vazia, “na qual nada se cria e da qual não se conserva nenhuma lembrança significativa capaz de conferir valor ao vivido”.

Esses processos se inserem nos mecanismos de controle e modificação das subjetividades, os quais ocorrem de forma invisível, sem que os indivíduos se sintam controlados ou impelidos a agirem de uma determinada maneira, pois os habitantes da sociedade de controle se comunicam não por coação exterior, mas espontaneamente a

fim de serem vistos, o que torna a liberdade e o controle indistinguíveis, onde todos, ao mesmo tempo em que observam, são também vigiados (HAN, 2018a). Como observa Véliz (2021), a invisibilidade dos meios de poder os torna mais poderosos. A liberdade é a ferramenta que permite a autorrevelação e a autoexploração voluntárias dos indivíduos que entrega seus dados a partir de uma necessidade interna, o que evidencia a eficiência do pan-óptico digital (HAN, 2018b, p. 19). Para Véliz (2021, p. 23), a vida, traduzida em dados, é “a matéria prima da economia de vigilância”. Com isso, quanto maior a frequência e volume de dados entregues espontaneamente em ambientes virtuais, maior o controle que se exerce nesse espaço e, por consequência, nos indivíduos e em suas subjetividades. Em Foucault (2008), o poder atravessa tanto os indivíduos com a disciplina, quanto massivamente com a regulamentação das populações, o que permite dizer que produz uma “nova massa” num enxame virtual (HAN, 2018a, p. 28). Sem abdicar da vigilância individualizada, o poder que circula no ambiente virtual e se expande no ambiente físico ilustra o uso das tecnologias de poder disciplinares e as reguladoras de Foucault. Isto é, trata-se de um poder que opera de forma interdependente atravessando o indivíduo e a massa.

De acordo com Véliz,

O poder das empresas de tecnologia é constituído, por um lado, pelo controle exclusivo de nossos dados e, por outro, pela capacidade de prever cada movimento nosso, o que, por sua vez, lhes dá oportunidades de influenciar nosso comportamento e vender essa influência a outros – incluindo governos. (VÉLIZ, 2021, p. 85).

Pode-se dizer, a partir da observação de Véliz e com base na analítica do poder em Foucault, que a vigilância algorítmica funciona tanto de forma individualizante quanto regulamentar. Para Foucault, é o controle das massas, o poder regulamentar que se direcionará ao conhecimento dos indivíduos: “a importância da estatística decorre justamente do fato de que ela permite mensurar quantitativamente os efeitos de massa dos comportamentos individuais” (FOUCAULT, 2017, p. 53-54). Compreende-se, com isso, que a constante vigilância algorítmica sobre comportamentos individuais permite potencializar dispositivos de segurança em massa. Ou seja, permite não apenas prever os comportamentos, mas capturá-los e interferir direta e instantaneamente sobre eles.

O novo sujeito não se nega ao uso dos dispositivos e plataformas que lhes são apresentados; pelo contrário, ele se sente impelido ao uso, legitimado pelas transformações e exigências sociais que o incitam a usar. Desejo, necessidade e

dependência vão constituir “o indivíduo cyberliberal, resignado ao útil e à performance” que “não reivindica suas emoções senão com a condição expressa de que elas sejam efêmeras, descartáveis, televisuais e ‘virtuais’” (GORI, 2010, p. 123). Há várias opções para manifestar sentimentos e sensações psíquicas. Como apontam Bruno, Bentes e Faltay (2019), o botão curtir (*like*) da plataforma Facebook é uma delas, bem como as possibilidades de expressar emoções e estados psíquicos em relação a determinado conteúdo, a opção de atualizar o *status*, dentre uma diversidade de ícones gráficos direcionados a dar visibilidade a reações emocionais nas postagens. Além disso,

na categoria “Sentimento/Atividade” o usuário pode escolher o sentimento que lhe é mais pertinente entre um leque de mais de 200 “carinhas” que correspondem a confiante, inspirado, esperançoso, frustrado, exausto, nostálgico, sexy etc. Em 2016, uma nova funcionalidade emocional passa a acompanhar o já banal botão “Like”: os “Ícones de Reação” (Reaction Icons) permitem que qualifiquemos as postagens dos outros segundo um espectro de seis emoções básicas (Curtir, Amei, Haha, Uau, Triste e Grr) (BRUNO; BENTES; FALTAY, 2019, p. 7-8).

Esse tipo de plataforma faz com que a transparência seja reivindicada em nome da liberdade, onde tudo é excessivamente exteriorizado a fim de produzir todo tipo de informação, o que diz respeito também a mais produtividade, aceleração e crescimento e à maior exposição de inúmeros aspectos da vida pessoal, já que a informação é uma positividade que circula independentemente do contexto e, por isso, acelerada. Nesse contexto, o sujeito digitalizado comporta em si mesmo não apenas a capacidade de se autoexplorar, mas também de se expor e supervisionar a si próprio, numa espécie de pan-óptico embutido que lhe permite ser seu próprio guarda e seu próprio interno, um *pan-óptico de si mesmo* (HAN, 2018b). Pode-se dizer, com base em Rolnik (2018, p. 56), que se trata de uma forma de existência da qual “se extrai livremente capital econômico, político e cultural”, já que a alimentação das plataformas com informações privadas de todo o tipo em tempo real se vale das “ações do próprio desejo que a subjetividade alimentará” (ROLNIK, 2018, p. 56). Mas esse desejo, conforme Véliz (2021, p. 83-84), é moldado pelas mesmas empresas que o usam, na medida em que as preferências podem ser moldadas por meio de pesquisas sobre como a dopamina funciona para viciar pessoas em aplicativos; ou seja, “o desejo é produzido pelo poder da tecnologia.” (VÉLIZ, 2021, p. 83-84).

Por conseguinte, a digitalização da vida vai ao encontro da demanda por desempenho de Han. Com isso, os meios digitais permitem, como observa Bruno (2016)

que rastros sejam monitorados e capturados, de modo que complexos bancos de dados são constantemente alimentados e mantidos a fim de tratar “tais informações para extrair categorias supraindividuais ou interindividuais segundo parâmetros de afinidade e similaridade entre os elementos, permitindo traçar perfis – de consumo, de interesse, de comportamento, de competências etc.” (BRUNO, 2016, p. 35).

Para Han (2018b, p. 85), a “vida é completamente reproduzida na rede digital”, pois os cliques que são dados e os termos pesquisados são, um por um, salvos e registrados, o que possibilita um inventário digital mais preciso do que se supõe conhecer do perfil psicológico ou mesmo do caráter de cada um (HAN, 2018b). Isso ocorre tanto no que se refere a hábitos irremediavelmente necessários, como trabalhar, estudar e realizar tarefas da vida cotidiana de modo *on line*, conforme se viu, quanto no que se refere à exposição deliberada da própria imagem, de atividades e de detalhes da vida pessoal em plataformas digitais: “na governamentalidade algorítmica somos convidados a sempre nos expressarmos livremente: ‘escreva aqui o que você está pensando’ (*Facebook*), ‘o que está acontecendo?’ (*Twitter*) entre outros” (PARRA, 2016, p. 41). Por conseguinte, o aumento do uso de plataformas e aplicativos digitais ao longo da pandemia implicaria também na demanda por desempenho não somente no que se refere ao trabalho, mas no desempenho quanto à própria exposição e, conseqüentemente, a publicização de aspectos da vida privada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço virtual, que já estava sendo caracterizado pela sobreposição do público no privado e pelo desaparecimento dos limites entre ambos, alcança, na pandemia da Covid-19, um patamar de participação dos indivíduos que maximizou o envolvimento desses nas plataformas e dispositivos digitais. Com isso, o aumento do uso do espaço virtual foi intensificado e inúmeras atividades do cotidiano passaram a ser feitas por meio das TICs e no aumento do uso do espaço virtual.

Essa intensificação do fluxo de participação, troca e compartilhamento de informações, mensagens e outros tipos de conteúdo tem se tornado um mecanismo que é ao mesmo tempo eficiente e invasivo, na medida em que permite a coleta de dados individuais em massa e um controle que se dá não mais apenas no intuito de prever e

moldar comportamentos futuros, mas de capturar e atuar sobre os comportamentos no mesmo tempo em que eles acontecem.

Com isso, a atenção e o tempo, bem como tudo o que é feito no intervalo que se dá entre a captura da atenção e o tempo que ali se detém, se perde ou se dedica são usados como fonte para que inúmeras informações e dados acerca dos usuários sejam monitorados, inventariados e arquivados a fim de possibilitar a modulação dos comportamentos. Mas não se restringe a esses bancos de dados, já que por meio do uso nocivo da coleta, arquivamento e manipulação instantânea dessas informações grandes empresas de tecnologia podem controlar as subjetividades. Com isso, a frequência da interação, o tempo de permanência, a quantidade de informações e as atividades realizadas no espaço virtual permitem a avaliação instantânea de comportamentos e a influência sobre eles, o que evidencia a dimensão societal do espaço virtual mais abrangente e com maior capacidade na era pandêmica que permitiu o aumento do fluxo e troca de informações em ambientes privados, alcançando patamares inéditos de vigilância e controle de subjetividades.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BAUMAN, Zigmunt. **44 cartas do mundo líquido moderno**. Trad. Vera Pereira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2011.

BRUNO, Fernanda Glória; BENTES, Anna Carolina Franco; FALTAY, Paulo. Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 26, n. 3, set./dez., 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2019.3.33095>. Acesso em 07 maio 2021.

BRUNO, Fernanda Glória. Rastrear, classificar, performar. **Cienc. Cult.** v. 68 n. 1, São Paulo, jan./mar. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000100012>. Acesso em 20 mai. 2021.

CASTELLS, Manuel. O digital é o novo normal. **Fronteiras do Pensamento**. 26 mai. 2020. Disponível em <https://www.fronteiras.com/artigos/o-digital-e-o-novo-normal>. Acesso em 07 maio 2021.

FLUSSER, Vilém. **Comunicologia: reflexões sobre o futuro: as conferências de Bochum**. Martins Fontes: São Paulo, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva**. Martins Fontes: São Paulo, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos**, volume V: ética, sexualidade, política. Manoel Barros da Motta (org.). Trad. Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. Martins Fontes: São Paulo, 2008.

GORI, Roland. As patologias do niilismo em nossa modernidade. Trad. Ana Rudge. **Tempo psicanalítico**, Rio de Janeiro, v 42, n 1, p. 107-129, 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tpsi/v42n1/v42n1a06.pdf>. Acesso em 07 maio 2021.

HAN, Byung-Chul. **Favor fechar os olhos: em busca de um outro tempo**. Tradução de Lucas Machado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

HAN, Byung-Chul. **No enxame**: perspectivas do digital. Tradução de Lucas Machado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018a.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica** - O neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Tradução de Maurício Liesen. Belo Horizonte; Veneza: Editora Âyiné, 2018b.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da transparência**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

INÁCIO, Lúvia. 'Speed watching': o que você perde quando acelera a velocidade do filme? **BBC News Brasil**. 14 mar. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-56368238>. Acesso em: 12 mai. 2021.

IPEA. Trabalho remoto no Brasil em 2020 sob a pandemia do Covid-19: quem, quantos e onde estão? **Carta de Conjuntura**. n. 52, nota de conjuntura 6, 3º trim. 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/07/trabalho-remoto-no-brasil-em-2020-sob-a-pandemia-do-covid-19-quem-quantos-e-onde-estao/>. Acesso em 07 maio 2021.

KEHL, Maria Rita. **O tempo e o cão**: a atualidade das depressões. São Paulo: Boitempo, 2009.

NIC.br. **Pesquisa web sobre o uso da Internet no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus**: Painel TIC COVID-19 [livro eletrônico] = Web survey on the use of Internet in Brazil during the new coronavirus pandemic: ICT Panel COVID-19 / (Ed.) Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. 1 ed., São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2021. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20210426095323/painel_tic_covid19_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 18 abr. 2022.

PARRA, Henrique. Abertura e controle na governamentalidade algorítmica. **Cienc. Cult.** v. 68 n. 1, São Paulo Jan./Mar. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000100013>. Acesso em: 12 maio 2021.

RIBEIRO, Sidarta. **Sonho manifesto**: Dez exercícios urgentes de otimismo apocalíptico. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2018. (versão digital)

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Ed. Almedina, 2020.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. **A bailarina da morte**: a gripe espanhola no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SHELLER, Mimi; URRY, John. Mobile Transformations of 'Public' and 'Private' Life. In: **Theory Culture & Society**. 2003, vol. 20, 3, p. 107-125. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/249726026_Mobile_Transformations_of_Public'_and_Private'_Life. Acesso em 07 maio 2021.

SILVA, Alexandre Antonio Bruno da; MACIEL, Marlea Nobre da Costa. Metamorfoses do mundo do trabalho e dano existencial: o direito à desconexão do trabalho. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. n. 117, p. 11-53, jul./dez. 2018.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Vozes: Petrópolis, RJ, 2009.

VÉLIZ, Carissa. **Privacidade é poder**: por que e como você deveria retomar o controle de seus dados. Trad. Samuel Oliveira. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.